

BALCÃO DE DIREITOS DAS FAMÍLIAS ATÍPICAS RS

Associação Mães e Pais pela Democracia (AMPD)



1. O que é o Balcão de Direitos

O Balcão de Direitos das Famílias Atípicas RS é um projeto itinerante e gratuito que oferece acolhimento psicossocial, jurídico e de saúde às famílias com pessoas neurodivergentes ou com doenças raras.

Além dos atendimentos, promove formação, informação e mobilização comunitária, com foco na valorização das mães atípicas e na garantia de direitos.

A iniciativa busca fortalecer redes de apoio, reduzir a sobrecarga das cuidadoras e aproximar as famílias das políticas públicas de saúde, educação e assistência social.

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA



2. Quem realiza o projeto

Proponente: Associação Mães e Pais pela Democracia (AMPD)

CNPJ: 33.920.233/0001-61

Endereço: Rua São Carlos, 753 – Bloco G – Porto Alegre/RS

Instrumento: **980209**

Proposta/Plano de Trabalho: **27902/2025**

Duração: 12 meses

Financiamento: Emenda Parlamentar nº **39840016**, da Deputada Federal Fernanda Melchionna

Órgão Executor:

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Programa Federal: Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência



3. Por que o projeto é necessário

- O Rio Grande do Sul tem 772 mil pessoas com deficiência (7,2% da população) e 124 mil autistas, sendo 26 mil crianças.
- Muitas famílias não conhecem seus direitos e enfrentam diagnóstico tardio, falta de atendimento adequado e sobrecarga emocional e financeira.
- O projeto surge para informar, acolher e fortalecer essas famílias, promovendo autocuidado, inclusão e cidadania.



4. Onde o projeto atua

O Balcão de Direitos será realizado em 11 cidades do Rio Grande do Sul, com foco em territórios vulneráveis e periféricos:

Porto Alegre, Cachoeirinha, Sapucaia do Sul, Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Bagé, Santana do Livramento, Passo Fundo e Pelotas.



5. Público atendido

Público direto:

- 2.000 mães, pais e cuidadores de crianças e adolescentes com deficiência (ênfase em TEA);
- 200 profissionais da rede pública (educação, saúde e assistência social).

Público indireto:

- Comunidades locais, escolas, redes de proteção e serviços públicos dos territórios atendidos.



6. Ações Principais

Pesquisa e Mapeamento das Famílias Atípicas

- Serão aplicadas 2.000 entrevistas estruturadas com famílias atípicas nos 11 municípios atendidos.
- A pesquisa identificará o perfil, as necessidades e as principais barreiras enfrentadas por mães, pais e cuidadores de pessoas com deficiência.
- Parte das entrevistas será conduzida por uma consultoria especializada e parte pelas Promotoras dos Direitos das Famílias Atípicas (PDAs), usando a metodologia “bola de neve”.
- O levantamento também mapeará escolas, unidades de saúde, CRAS, CREAS e grupos comunitários locais.
- Os resultados orientarão as ações do projeto e alimentarão o Observatório da Causa Atípica.



Grupos de Apoio Mensais

- 11 grupos, um em cada cidade, com 25 famílias atípicas.
- Serão 110 encontros presenciais ou híbridos, com rodas de conversa, oficinas, dinâmicas e atividades culturais.
- Espaço de escuta, acolhimento e formação em direitos humanos.

Mutirões de Atendimento Multidisciplinar

Mutirões realizados em todas as cidades, com 1.105 atendimentos gratuitos.

As equipes são formadas por advogados, psicólogos, assistentes sociais, médico e fonoaudiólogo, atuando de forma integrada para o acolhimento das famílias.



Formação e Atuação das PDAs – Promotoras dos Direitos das Famílias Atípicas

- Serão formadas 100 mães atípicas como lideranças comunitárias (PDAs).
- Cada PDA receberá R\$ 350,00 por mês, durante 6 meses, totalizando R\$ 2.100,00 por participante.
- Seleção proporcional ao número de pessoas com deficiência em cada cidade.

Formação (240 horas):

- Direitos das pessoas com deficiência, CIPTEA, BPC e LBI;
- Inclusão escolar, saúde mental e parentalidade atípica;
- Comunicação comunitária, mediação de conflitos e liderança social;
- Pesquisa e mobilização territorial.

Atuação das PDAs:

- Acolher famílias e articular encaminhamentos;
- Aplicar 1.500 pesquisas sobre o perfil das famílias atípicas;
- Apoiar mutirões e grupos de apoio;
- Participar do documentário e da plataforma Observatório da Causa Atípica.



Capacitação de Profissionais da Rede Pública

Formação de 200 profissionais da saúde, educação e assistência social.

- Temas: combate ao capacitismo institucional, atendimento inclusivo e articulação comunitária.

Comunicação, Informação e Cultura

- Criação da plataforma digital “Observatório da Causa Atípica” para divulgação de informações e dados;
- Produção de documentário audiovisual sobre a trajetória das PDAs e das famílias;
- Distribuição de folders, cartazes, banners e cartilha educativa sobre direitos das pessoas com deficiência.

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA



7. Resultados Esperados

- Fortalecimento das redes comunitárias e familiares;
- Redução da judicialização e da sobrecarga das cuidadoras;
- Ampliação do acesso a direitos e serviços públicos;
- Formação de lideranças femininas atípicas nos territórios;
- Disseminação de práticas inclusivas e anticapacitistas;
- Criação de base de dados e ferramentas para políticas públicas.



8. Equipe e Gestão

- Coordenação geral: Socióloga Aline Kerber
- Coordenação jurídica e de psicologia
- Equipe multidisciplinar com advogados(as), psicólogos(as), assistentes sociais, médico(a) neuropediatra/psiquiatra e fonoaudiólogo(a)
- Apoio técnico: social media, gestor(a) do TransfereGov, contador(a) e consultorias especializadas
- 3 mães atípicas experientes (bolsistas articuladoras)
- 100 PDAs distribuídas nos 11 territórios (50 em Porto Alegre e 5 em cada uma das demais cidades atendidas)



9. Metodologia

Baseada na educação popular e na pedagogia freireana, a metodologia do projeto valoriza:

- Escuta, acolhimento e formação cidadã;
- Atuação intersetorial (saúde, educação e assistência social);
- Mobilização comunitária e empoderamento feminino;
- Pesquisa, avaliação e acompanhamento contínuos.



**“O Balcão de Direitos das Famílias Atípicas RS
é um espaço de acolhimento, formação e
fortalecimento de quem cuida — porque
cuidar também é um direito.”**

